

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/329099363>

Financiamento dos ODS de interesse ambiental no Brasil

Presentation · November 2018

DOI: 10.13140/RG.2.2.31499.54560

CITATIONS

0

READS

120

1 author:



[Carlos Eduardo Frickmann Young](#)

Federal University of Rio de Janeiro

121 PUBLICATIONS 451 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Project

Coordenação e análise de políticas públicas: metodologias e estudos de caso [View project](#)



Project

Projeto do Livro Economia Industrial, fundamentos e práticas no Brasil, coordenado por David Kupfer e Lia Hasenclever. Primeira edição 200, segunda edição 2013 [View project](#)

Seminário “O Big Push ambiental no Brasil:
Opções para a transformação social e
ecológica da economia brasileira”
Brasília, 06 de Novembro de 2018

Financiamento dos ODS de interesse
ambiental no Brasil

Carlos Eduardo Frickmann Young

MMA

PNUD

COPPETEC/UFRJ

GEMA/ UFRJ



Objetivo do projeto

- Identificar o estado atual e a expectativa até 2030 do financiamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de caráter ambiental no Brasil (recursos públicos, privados e público-privados)
- Apresentar propostas de aprimoramento dos mecanismos de financiamento atualmente existentes e novas fontes de recursos, de forma a cobrir as lacunas estimadas

ODS selecionados para análise



Método

- Foi necessário delimitar as metas abordadas a partir de três critérios específicos :
- a) O tema deve ter importante conexão com a área ambiental;
- b) O tema deve dispor de métricas claras para as quais seja possível estabelecer metas objetivas de atendimento para o Brasil;
- c) O propósito do estudo é discutir o financiamento do tema, e não uma análise dos benefícios e/ou desafios previstos para cada ODS.

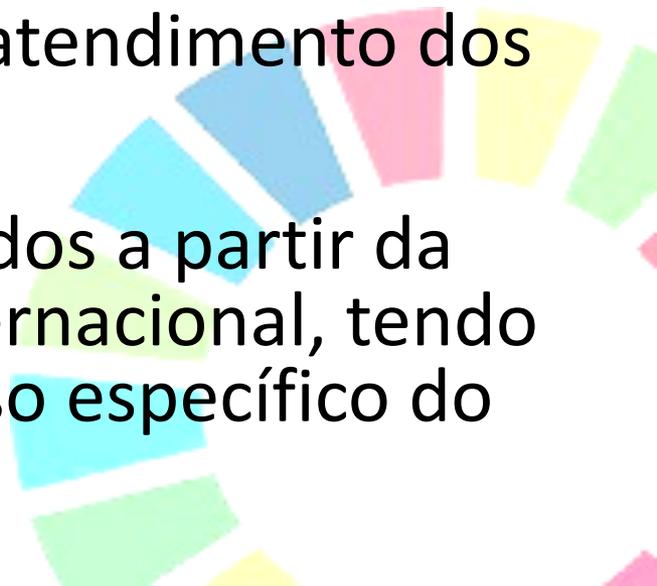
Método

- Foram estimados os recursos públicos, privados e mistos gastos com iniciativas relacionadas aos ODS de 2005 até 2017
- Para o período 2018-2030, foram feitas projeções de recursos financeiros necessários para alcançar as metas selecionadas
- Foi estimada a disponibilidade esperada de recursos de acordo com as condições de austeridade fiscal estabelecidas pela Emenda Constitucional 95 (EC 95).
- A diferença entre as estimativas de recursos disponíveis e os necessários para o alcance das metas foi denominada “lacuna de recursos”, também projetada para o período 2018-2030.

Pressupostos

- O cenário de austeridade fiscal projetado pela EC 95 foi estendido aos níveis estadual e municipal.
- Os gastos privados crescem ao mesmo ritmo da taxa prevista para o PIB (2,5% ao ano), que é ligeiramente superior à taxa média histórica no Brasil entre 2000 e 2017 (2,3% a.a.).
- A Assistência Oficial ao Desenvolvimento cresce na mesma proporção que o PIB previsto para os países desenvolvidos (1,5% a.a.).
- Não se discutiu as consequências macroeconômicas da austeridade fiscal, nem a factibilidade de retomada de crescimento em um contexto de congelamento de gastos públicos.

Aprimoramento e novos mecanismos

- Em cada capítulo existe uma seção sobre aprimoramento dos mecanismos de financiamento já existentes, que busca analisar sua efetividade e eficiência.
 - Há também a proposição de novos mecanismos de financiamento capazes de cobrir as lacunas de financiamento estimadas para o atendimento dos ODS.
 - Esses mecanismos foram levantados a partir da literatura e do *benchmarking* internacional, tendo em vista sua aplicabilidade ao caso específico do Brasil.
- 

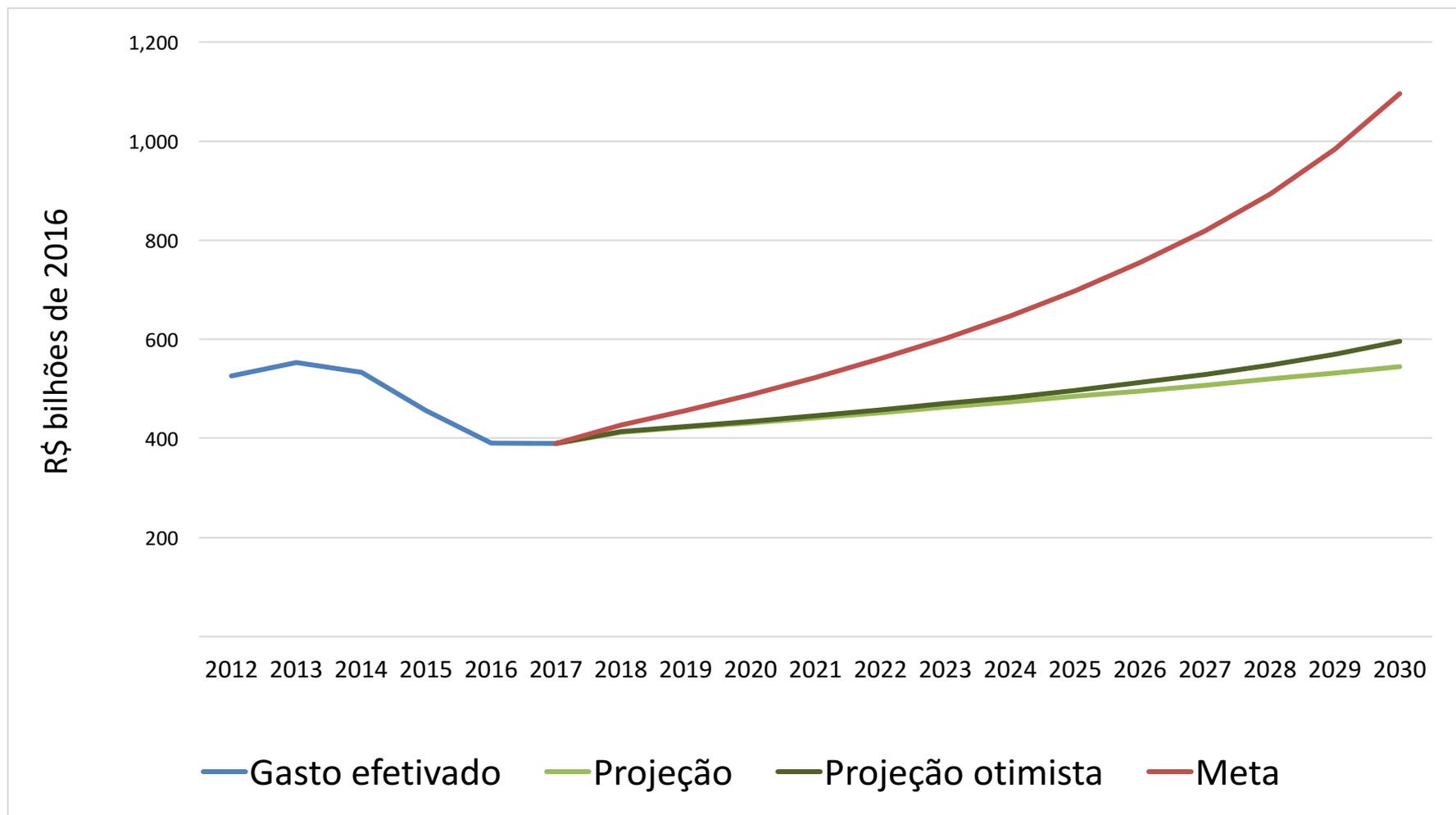
Bases de dados

- Sempre que possível, foram utilizadas bases estruturadas de informações.
- Ex: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI); Sistema Integrado de Planejamento (SIOP).
- Bases Creditor Reporting System (CRS), da OCDE, e AidDATA, que codificam a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) por ODS.

Limitações e desafios

- Transversalidade temática dos ODS - Foi feito um esforço de identificação para evitar dupla contagem.
- Falta de informações - especialmente sobre os recursos privados no Brasil. Mas atualmente existem iniciativas que permitem o mapeamento das ações ligadas aos ODS (classificação do PPA de acordo com os ODS).
- Como as dificuldades de metodologia e disponibilidade de dados variam tematicamente, cada ODS possui métodos específicos para estimar os seus resultados.
- Muitas dessas abordagens são inovadoras, situando o estudo na fronteira do conhecimento, o que é vantajoso, mas também um desafio.

Estimativa de recursos necessários e recursos disponíveis para o financiamento de ações sustentáveis, 2018-2030



Estimativa de recursos necessários e recursos disponíveis para o financiamento de ações sustentáveis, valores acumulados para o período 2018-2030 (R\$ bilhões de 2016)

ODS	Metas consideradas	Recursos potencialmente disponíveis (linha de base)	Recursos necessários	Lacuna de financiamento (linha de base)
ODS que necessitam de financiamento				
2	2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5	R\$ 362,8	R\$ 607,6	R\$ 244,8
6	6.1, 6.2, 6.3, 6.4	R\$ 167,0	R\$ 347,0	R\$ 180,0
7	7.3	R\$ 7,2	R\$ 232,9	R\$ 225,7
9	9.1, 9.2, 9.4, 9.5, 9a, 9b e 12a	R\$ 5.268,0	R\$ 7.112,8	R\$ 1.844,8
11	11.2, 11.4, 11.5, 11b	R\$ 109,6	R\$ 369,1	R\$ 259,5
12	12.1, 12.3, 12.4, 12.5, 12.7,	R\$ 2,3	R\$ 100,3	R\$ 98
13	13.1, 13.2	R\$ 22,0	R\$ 90,4	R\$ 68,4
14	14.2, 14.3, 14.5 14.6, 14a, 14b	R\$ 19,7	R\$ 44,6	R\$ 24,9
15	15.1, 15.2, 15.3, 15.4, 15.5, 15.6, 15.9	R\$ 18,3	R\$ 40,2	R\$ 21,9
ODS 17 cenário linha de base				
17	17.1, 17.2, 17.3	R\$ 203,9		
Total		R\$ 6.180,8	R\$ 8.945,9	R\$ 2.765,1
ODS 17 cenário otimista				
17	17.1, 17.2, 17.3	R\$ 403,0		
Total		R\$ 6.379,9	R\$ 8.945,9	R\$ 2.566

Conclusões

- Mesmo no cenário otimista, a lacuna de recursos é muito grande, indicando que não haverá recursos necessários para que até 2030 se atinja as metas pretendidas.
- Esse resultado está diretamente relacionado à hipótese de austeridade fiscal.
- O problema não é apenas a falta de recursos. É necessário redirecionar as ações governamentais e privadas no rumo da Agenda 2030.
- Existe um potencial de aumento de fontes de financiamento caso essas mudanças sejam introduzidas. Embora não suficiente para zerar a lacuna financeira, isso pode reduzir significativamente seu tamanho.

Propostas

- Mudança de critérios dos investimentos públicos em infraestrutura, com especial ênfase em soluções sustentáveis.
- Mudança de prioridade na política energética, com maior ênfase nas energias renováveis não convencionais e eficiência energética.
- Fim dos subsídios a práticas predatórias, em particular exploração e consumo de combustíveis fósseis, incorporando plenamente os custos associados às suas externalidades negativas.
- Mudança na política industrial, em particular na ação do BNDES e demais financiadores públicos, na direção de setores e atividades com maior conteúdo tecnológico, potencial de emprego e menor impacto ambiental.

Propostas

- Valorização dos ativos naturais, inclusive florestas e corpos hídricos.
- Deve-se combinar o fortalecimento da conservação ambiental com mecanismos econômicos, inclusive em parceria com o setor privado:
 1. Concessão florestal,
 2. Cotas de recursos pesqueiros,
 3. Incentivo ao extrativismo sustentável,
 4. Pagamento por serviços ambientais (proteção de recursos hídricos, carbono, solo e da biodiversidade).

Propostas

- Mudança de prioridade nas fontes oficiais de financiamento, com incentivos para projetos que atendam critérios socioambientais compatíveis com os ODS.
- Mudança de prioridade na ação do poder público. A transição para uma Economia Verde não significa redução do papel do estado, mas uma alteração na sua forma de atuação.
- Monitoramento, fiscalização e transparência também são essenciais para a ação pública dos estados e uma sadia relação com a sociedade, mas isso requer condições mínimas de estrutura e recursos para o funcionamento do aparato estatal.

Equipe do projeto

- Carlos Eduardo Frickmann Young (coordenador)
- Biancca Scarpeline de Castro (vice-coordenadora)
- João Felipe Cury Marinho Mathias
- Caetano Penna
- Clarice Ferraz
- Gustavo Simas
- Marcio Alvarenga Junior
- Mariana Machado
- Deivdson Brito Gatto
- Alexandre Kotchergenko Batista
- Camilla Aguiar
- Daniel Duque
- Maria Magdalena Arrellaga
- Cláudia Jordão
- Karine da Silva Araújo
- Rodrigo Gonçalves
- Luzas Rolo
- Lucas Restum Issa Manzatto
- Daniel Sander Costa



Apêndice 1. Resultados por ODS

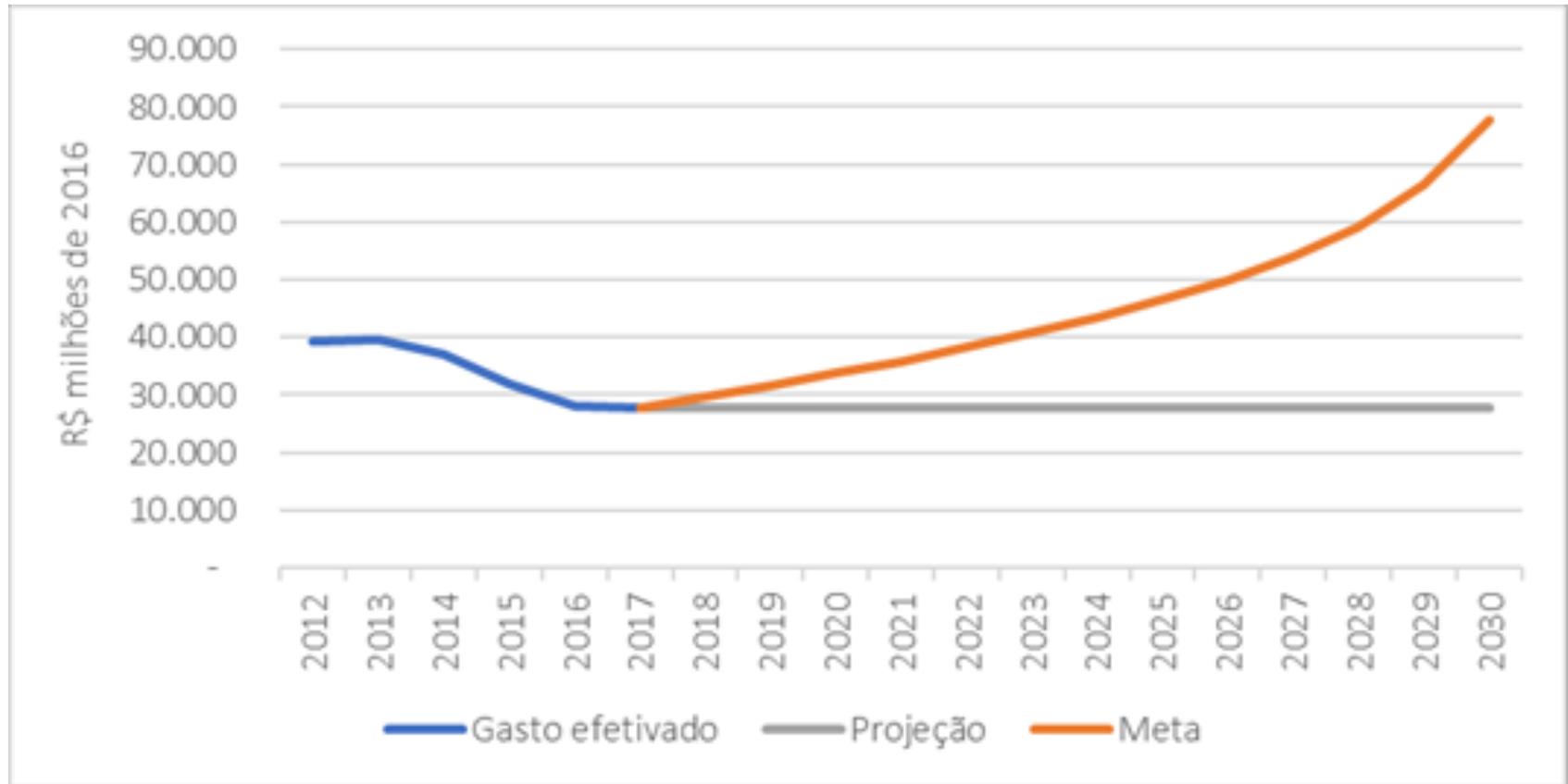
2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável



- Dois temas analíticos: “Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)” e “Agricultura Sustentável”.
- Segurança alimentar foi tratada como resposta à extrema pobreza (Programa Bolsa Família): necessidade de R\$ 566,8 bilhões, mas disponibilidade de recursos de R\$ 357,2 bilhões.
- Agricultura sustentável: subtemas produção orgânica; agroenergia; agricultura e pesca sustentável; reforma agrária e; agricultura irrigada. Ênfase na agricultura familiar e em práticas de baixo carbono. Recursos necessários estimados em R\$ 40,8 bilhões, mas apenas R\$ 5,6 bilhões disponíveis.
- **Lacuna total de R\$ 244,8 bilhões até 2030.**

Projeção da lacuna de recursos para o ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável



Fonte: Elaboração própria.



Aprimoramento dos mecanismos financeiros existentes para o ODS 2

- A maior parte desses recursos dependem dos orçamentos públicos, em um cenário de “austeridade fiscal” o cumprimento das metas parece distante.
- Porém, há um grande volume orçamentário destinado para práticas agropecuárias convencionais, pouco preocupadas com a sustentabilidade.
- Isso abre um espaço para a readequação do orçamento em prol do alcance das metas associadas à agricultura sustentável.



Novos mecanismos de financiamento para o ODS 2

- PSA e créditos de carbono: efeitos da transição para a Agroenergia.
- Mudanças nas proporções mínimas estabelecidas para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar.
- Compras públicas sustentáveis.
- Ações e parcerias com o setor privado e os governos subnacionais.

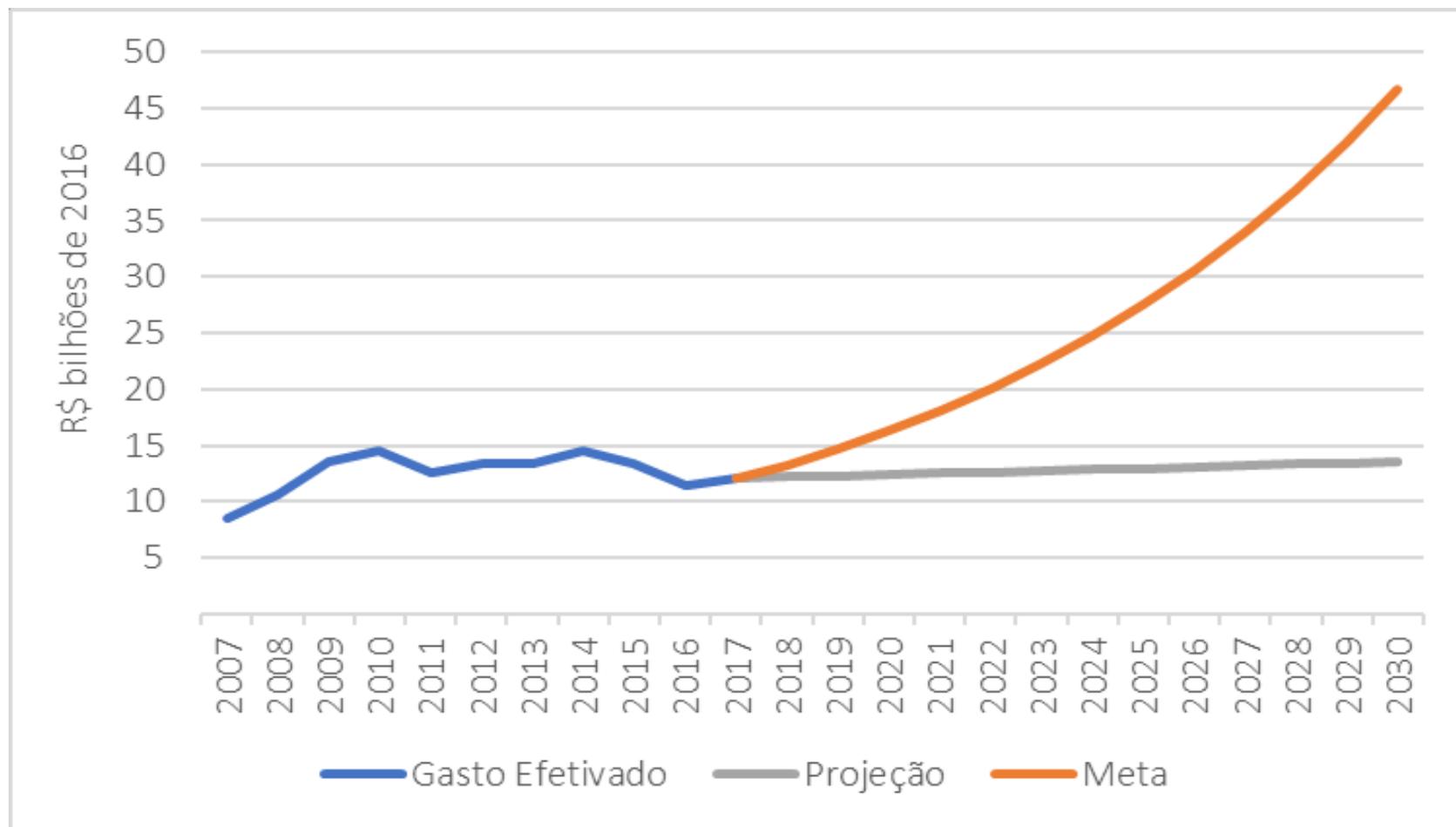
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos



- O percentual de pessoas atendidas com água encanada no país cresceu 2,4% em dez anos, chegando a 83,3% dos domicílios em 2016.
- O atendimento urbano de água encanada alcança em torno de 93% dos domicílios, sem tendência de crescimento.
- A taxa de atendimento geral de coleta de esgoto no Brasil subiu de 44,5% para 51,9% entre 2009 a 2016, mas ainda está longe do ideal.
- A partir de 2015 houve **retração do investimento em saneamento básico**, sendo a queda mais acentuada nos gastos federais, saindo de R\$ 7,1 bilhões para R\$ 1,5 bilhões (queda de 78%).

Projeção da lacuna de recursos financeiros para o ODS 6 - Saneamento Básico



Fonte: Elaboração própria.

Aprimoramento dos mecanismos financeiros para o ODS 6

6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



- Para impulsionar os investimentos privados no setor, é preciso:
- Os municípios devem renovar seus contratos com as companhias estaduais com revisão de metas e estrutura tarifária, permitindo a competição com o setor privado.
- É necessária maior segurança jurídica para os agentes privados.
- Oferta de crédito público em condições especiais, principalmente oferecido pelo BNDES.

Novos mecanismos de financiamento para o ODS 6



- É necessário apostar em iniciativas como:
 1. Fundos Hídricos,
 2. Compensações ambientais,
 3. Fundo de Universalização do Saneamento Básico (tal como estabelecidos na legislação).
- Tais mecanismos podem ter um formato compartilhado entre os entes federativos, com recursos públicos e privados.

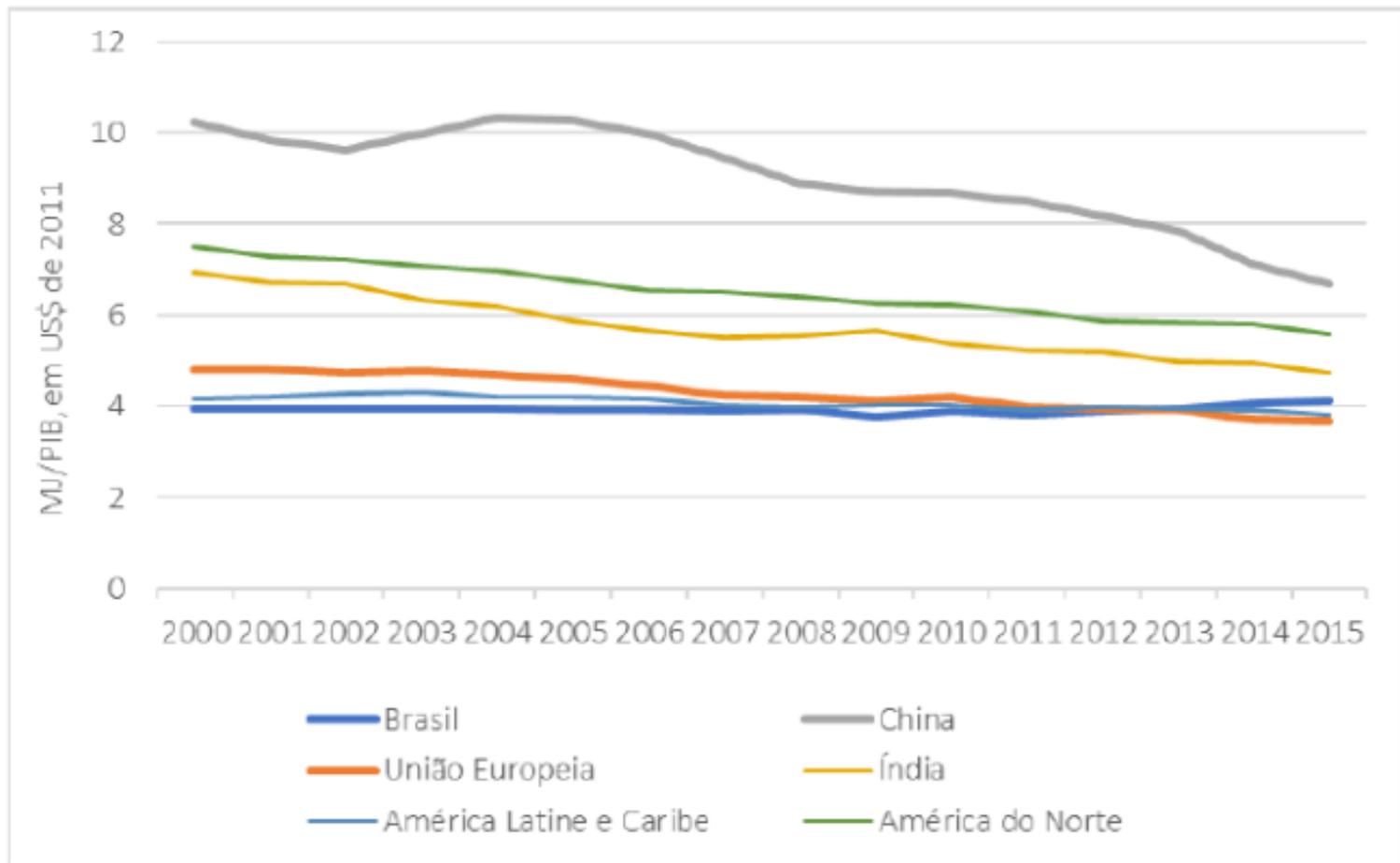
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos



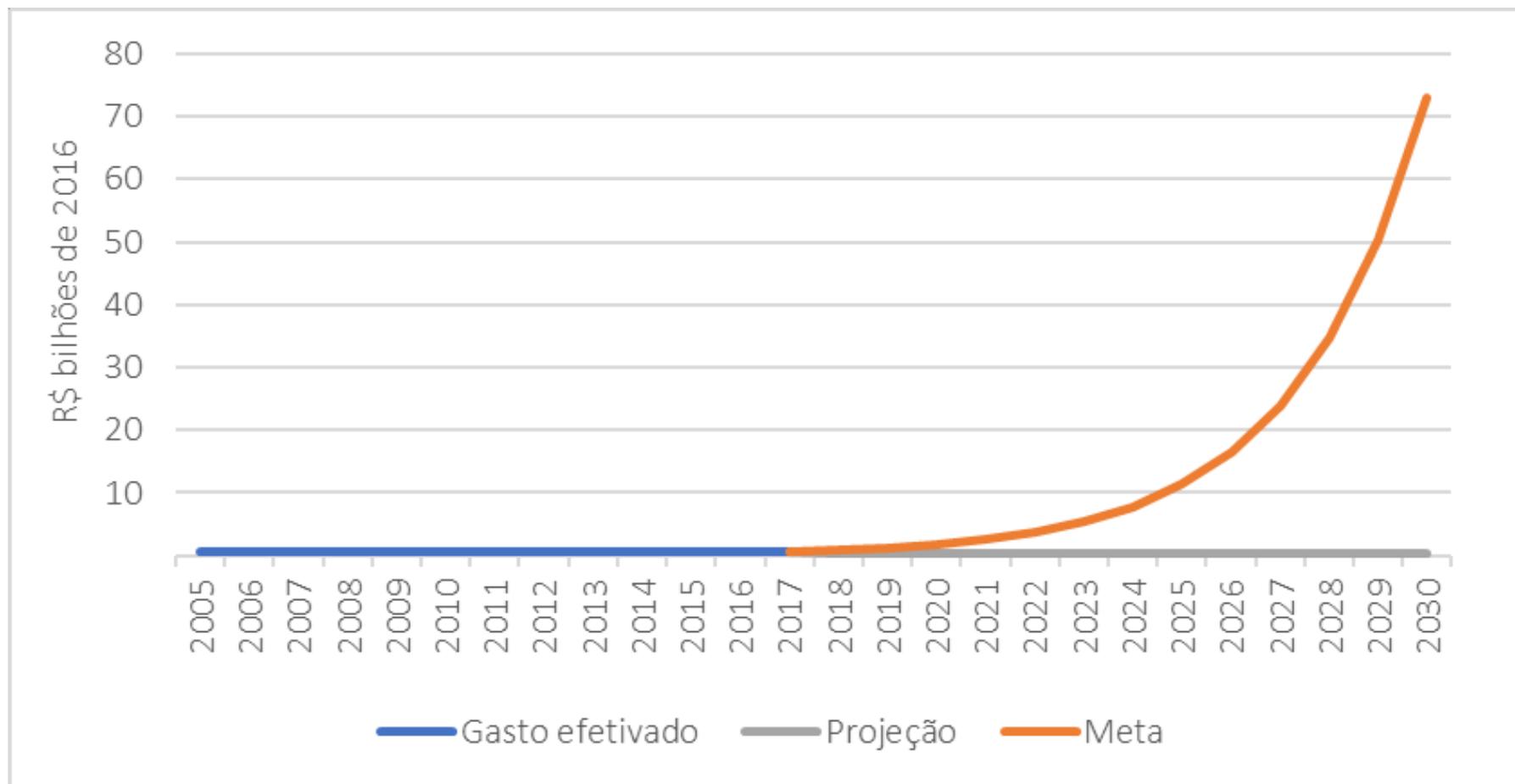
- O Brasil vem cumprindo adequadamente as metas 7.1 (universalização do acesso à energia) e 7.2 (participação de fontes renováveis).
- Contudo, está longe de atender a **meta 7.3** (eficiência energética).
- A disponibilidade de recursos para o tema (R\$ 7,2 bilhões para o período 2018—2030) é bem inferior aos R\$ 232,9 bilhões necessários.
- **Lacuna de financiamento de R\$ 225,7 bilhões.**

Evolução da intensidade de energia por unidade do produto, Brasil e Resto do Mundo, 2000-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em *World Development Indicators, World Bank Databank*¹².

Projeção de recursos disponíveis e meta de financiamento para eficiência energética – ODS 7.3



Fonte: Elaboração própria.



Aprimoramento dos mecanismos financeiros existentes

- Redução dos subsídios às energias fósseis (também tratado na meta 12.c).
- O Brasil, ao invés de reduzir, tem promovido o aumento dos incentivos aos combustíveis fósseis.
- Reforma fiscal, que reflita o princípio do poluidor-pagador.



Novos mecanismos de financiamento

- Promoção de serviços e produtos eficientes por meio de estímulos à adesão das empresas às normas ISO 50.001.
- Realização de leilões ou “Certificados Brancos”.
- Mudança no modelo de negócios das distribuidoras de eletricidade, para que possam incluir projetos de fomento à eficiência em seus serviços.

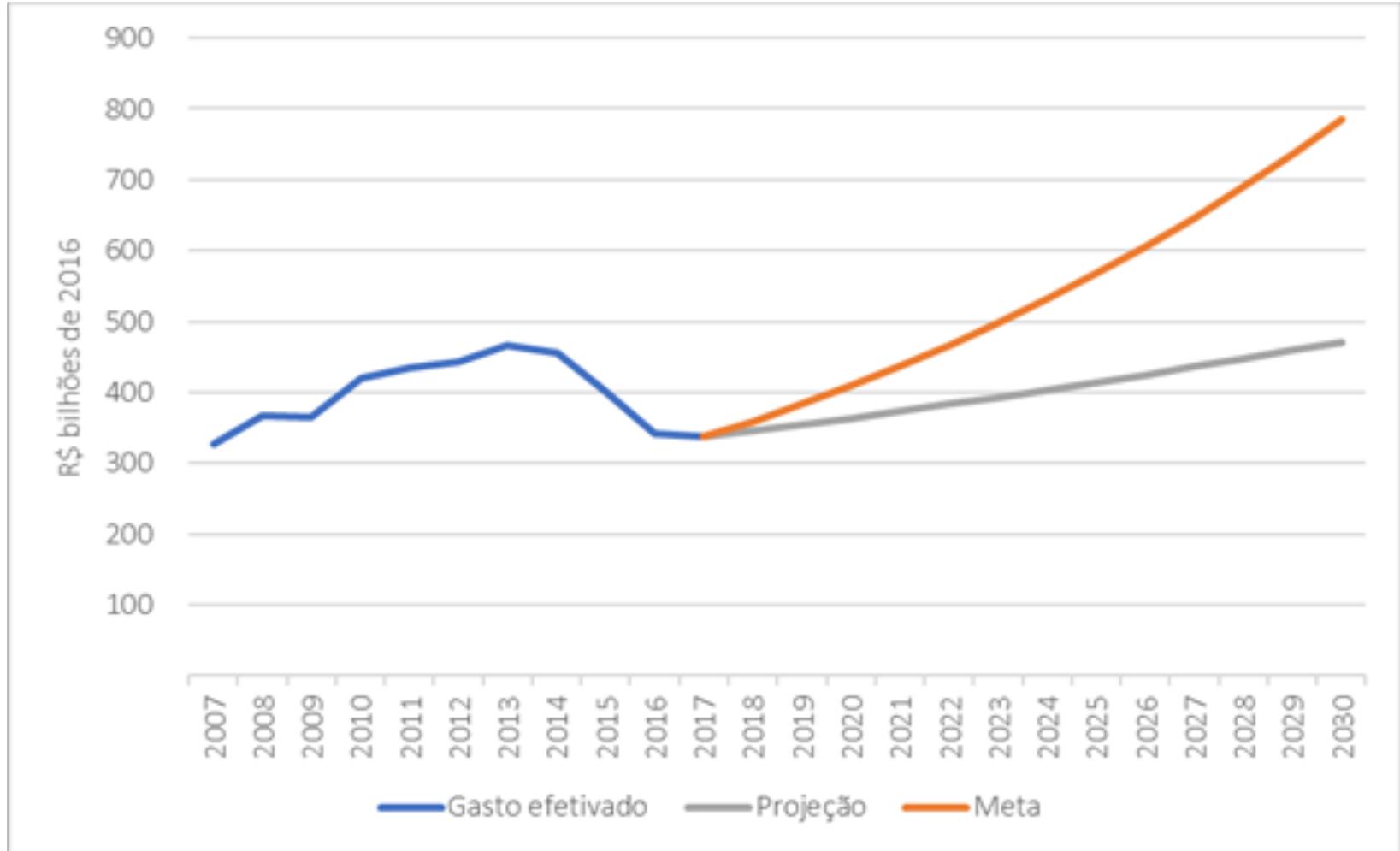
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação



- As metas do ODS 9 são as de maior dimensão financeira.
- Esse ODS foi analisado a partir de três temas: promover a sustentabilidade (i) da infraestrutura de transportes, (ii) da indústria e (iii) da inovação.
- Foi estimado um volume acumulado de recursos disponíveis de R\$ 5.268,0 bilhões, mas uma necessidade de investimentos de R\$ 7.112,8 bilhões.
- **Lacuna de R\$ 1.844,8 bilhão de financiamento entre 2018 e 2030** para os temas do ODS 9.
- Corresponde a 2,36% do PIB total estimado no período.

Projeção da lacuna de recursos para atendimento das metas do ODS 9



Fonte: Elaboração própria.



Aprimoramento dos mecanismos financeiros

- Redirecionamento do crédito público subsidiado para os projetos ambientalmente sustentáveis, intensivos em conhecimento e promotores de bem-estar social.
- Medidas para promover um mercado de capitais de longo prazo para infraestrutura e indústria.
- Supressão do contingenciamento dos recursos financeiros para a ciência e tecnologia, e estabilização dos recursos públicos para a inovação.



Novos mecanismos de financiamento

- Definição de um plano “verde” de política industrial de longo prazo, que combine de maneira inteligente diferentes instrumentos de política pública.
- Utilização de instrumentos de política pública do lado da demanda, como forma de induzir inovações que promovam a sustentabilidade ambiental.
- BNDES e bancos oficiais podem ser utilizados como instrumento de apoio técnico para formação de mercados verdes (por exemplo, fundos de investimentos público-privados, garantindo a liquidez para títulos privados ou agindo como garantidor de projetos).

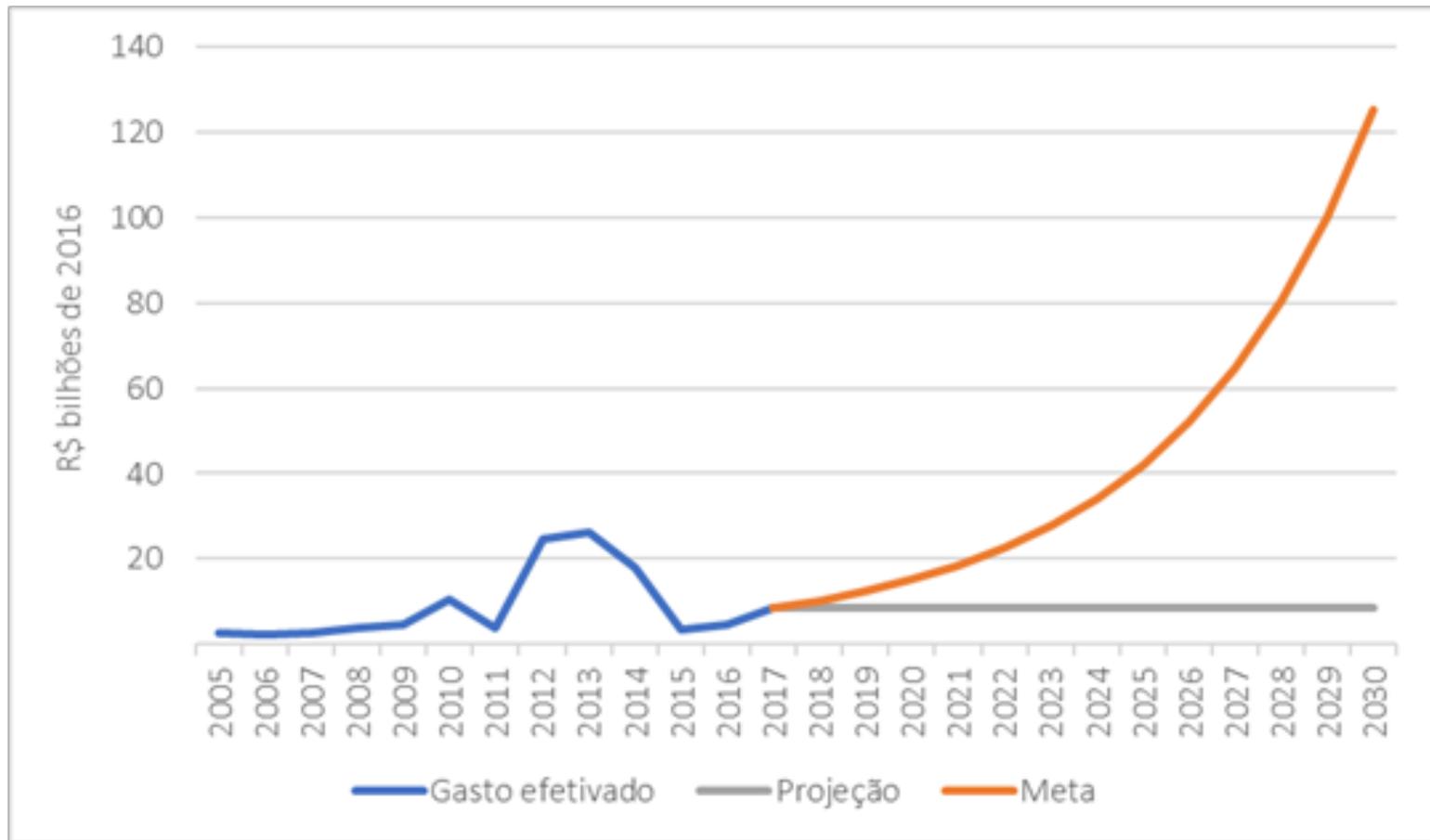
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis



- O estudo concentrou-se nas temáticas de mobilidade urbana e desastres climáticos presentes no ODS11.
- A estimativa de recursos disponíveis para esses temas é de R\$ 109,6 bilhões para o período 2018-2030. A necessidade de recursos foi estimada em R\$ 369,1 bilhões.
- **A lacuna financeira foi calculada em R\$ 259,5 bilhões acumulados até 2030 para o ODS 11.**

Projeção da lacuna de recursos para atendimento das metas do ODS 11



Fonte: Elaboração própria.

Aprimoramento dos mecanismos financeiros existentes



- Mobilidade urbana:
- Reduzir a dependência da arrecadação tarifária.
- Diversificar fontes de financiamento para conseguir mais capital para a área, inclusive privado e/ou internacional: aumento da rentabilidade para o operador, compartilhamento do custo do investimento em transporte, que é uma barreira à entrada
- Aumentar a eficiência na mobilidade urbana.
- Adaptação às mudanças climáticas:
- Reduzir a dependência de recursos públicos.
- Implementar o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP).
- Aprimorar as linhas especiais de financiamento do BNDES e demais instituições financeiras para crédito reembolsáveis e não reembolsáveis para agentes em situação de vulnerabilidade.

Novos mecanismos de financiamento



- Mobilidade urbana:
- restrições ao uso de veículo, a partir de instrumentos econômicos, como pedágio urbano
- Serviços de mobilidade não convencionais, como plataformas de aluguel ou compartilhamento de carros e bicicletas.
- Taxação de combustíveis.
- Adaptação climática:
- Expansão de recursos públicos com mais envolvimento do setor financeiro, em particular de seguros, que devem ser obrigatórios para pessoas físicas, imóveis, obras de habitação e infraestrutura.
- Programas de transferência de renda que facilitem o repasse de recursos federais em situações de emergência para agentes de Defesa Civil em Estados e Municípios.

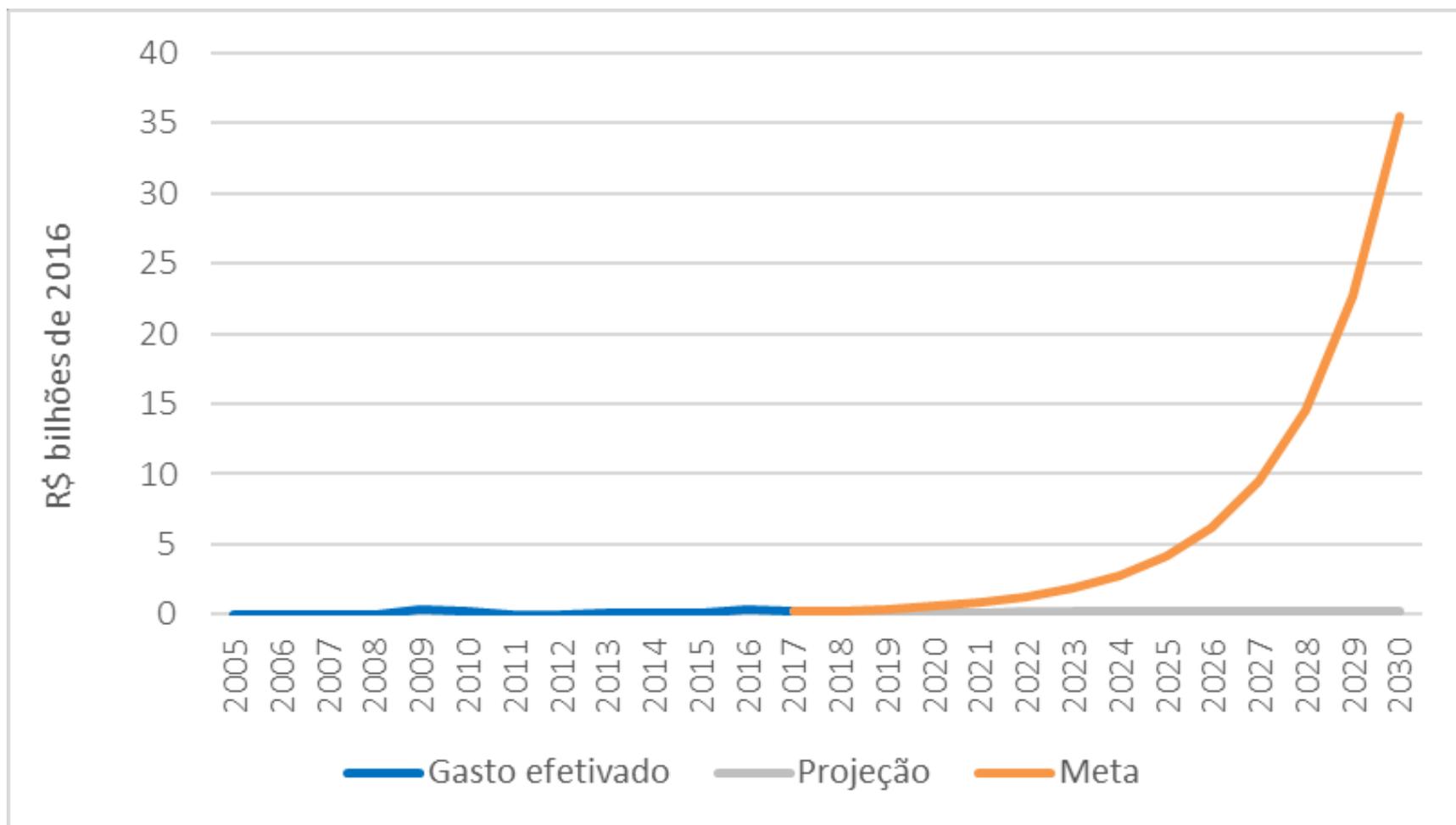
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Assegurar padrões de produção
e de consumo sustentáveis



- No caso do ODS 12 foram analisadas as metas referentes ao Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis; à redução do desperdício de alimentos; ao manejo e redução de produtos químicos e resíduos; e à promoção de práticas de compras públicas sustentáveis.
- O total aproximado de recursos necessários para cumprimento dessas metas entre 2018 e 2030 é de R\$ 100,3 bilhões. No cenário de austeridade fiscal, considerou-se que apenas R\$ 2,3 bilhões estariam disponíveis.
- **Lacuna de R\$ 98,0 bilhões acumulados até 2030** para esses temas.

Projeção da lacuna de recursos para atendimento das metas do ODS 12



Fonte: Elaboração própria.



Aprimoramento dos mecanismos financeiros existentes

- Revisão das regras para a concessão de créditos de bancos públicos e dos Fundos Constitucionais, com metas de produção e consumo sustentável, e redução de resíduos por meio da reciclagem.
- Revitalização dos mercados de créditos de carbono, com forte impacto na gestão de resíduos sólidos.
- Ferramentas relacionadas a compras públicas sustentáveis.

Novos mecanismos de financiamento

- Desenvolvimento de mercados de títulos verdes
- Colaboração internacional para facilitar o investimento transfronteiriço em obrigações verdes.
- Compartilhamento de conhecimentos sobre riscos ambientais e financeiros.
- Tributação verde.
- Investimentos de impacto.

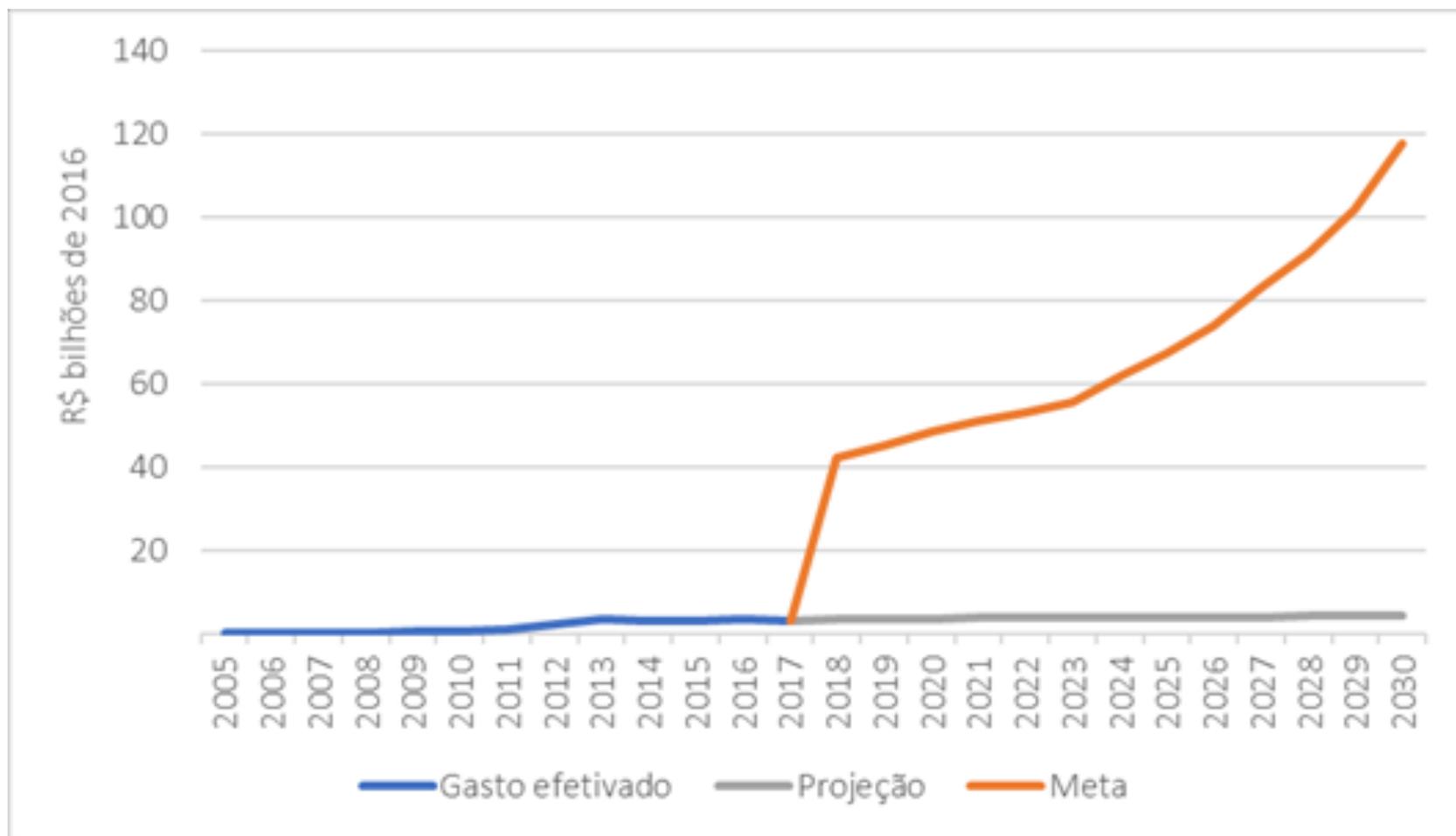
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos



- Dois caminhos para estimar os custos de atendimento às metas da NDC:
- “top-down” (custo estimado de R\$ 90,3 bilhões)
- “bottom-up” (custo estimado entre R\$ 890 e R\$ 950 bilhões).
- Optou-se por não usar a abordagem top-down por não se comprometer com trajetórias específicas de descarbonização.
- Dupla contagem: os números bottom-up incorporam valores que são considerados em outros ODS.
- Descontados esses valores, a necessidade de financiamento para ações do ODS 13 foi calculada em R\$ 90,4 bilhões, e a disponibilidade estimada de recursos é de R\$ 22,0 bilhões
- **Lacuna do ODS 13 excluindo temas já considerados nos demais ODS é de R\$ 68,4 bilhões.**

Projeção da lacuna de recursos para atendimento das metas do ODS 13, abordagem “bottom-up”, sem excluir recursos considerados também em outros ODS



Fonte: Elaboração própria.

Aprimoramento dos mecanismos financeiros existentes

13 COMBATE ÀS
ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS



- Melhoria alocativa do crédito rural, com aumento de recursos para a agricultura sustentável
- Aumento do diferencial entre as taxas de juros da agricultura convencional e da agricultura de baixo carbono.
- Recomendações já previstas nos demais ODS (eliminação de subsídios, poluidor-pagador, etc.)

Novos mecanismos de financiamento



- Pagamento por Serviços Ambientais, com a criação de uma política nacional de PSA que seja capaz de coordenar as ações e projetos locais.
- Instituição de um mercado de direitos transacionáveis de carbono que combine transações de emissões evitadas por ações de REDD+ e a compensação de déficits de reserva legal (CRA), tal qual previsto no Novo Código Florestal Brasileiro.
- Instituição de uma taxa sobre a emissão de carbono, como meio de precificação do carbono alternativo aos direitos transacionais de emissão.

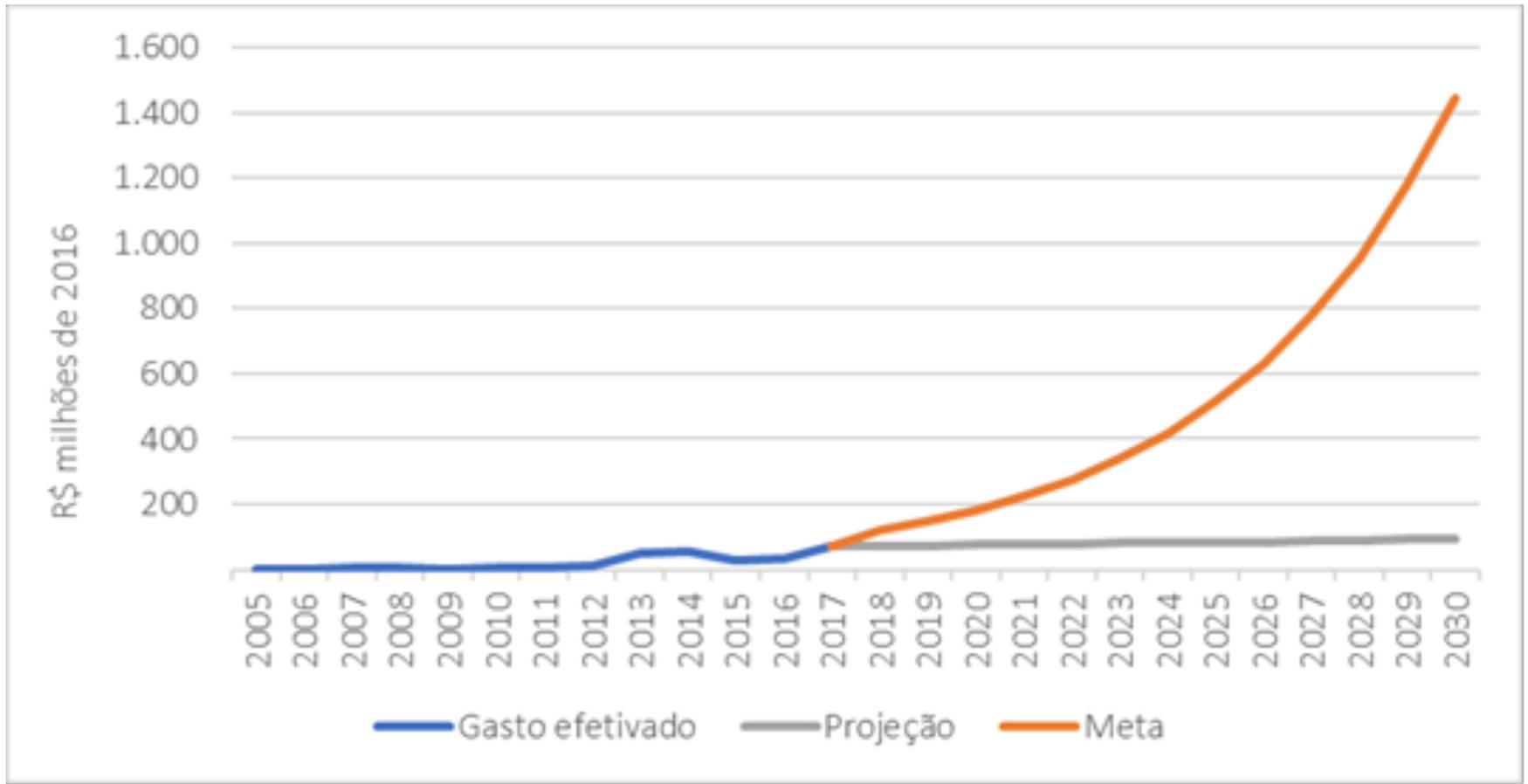
14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos,
dos mares e dos recursos marinhos para o
desenvolvimento sustentável



- O montante necessário estimado para o atendimento das metas analisadas do ODS 14, entre 2018 e 2030, foi de R\$ 44,6 bilhões acumulados, dos quais:
 1. 16% deverão ser aplicados na gestão de áreas protegidas marinhas,
 2. 8% em pesquisa científica e tecnológica para conservação e uso sustentável dos recursos do mar e,
 3. 76% nas políticas de fortalecimento da pesca artesanal e gestão sustentável da pesca.
- No conjunto, os recursos potencialmente disponíveis para o período totalizam R\$ 19,7 bilhões.
- **A lacuna de financiamento é de R\$ 24,9 bilhões no período 2018-2030.**

Projeção da lacuna de recursos para atendimento das metas do ODS 14



Fonte: Elaboração própria.



Aprimoramento dos mecanismos financeiros existentes

- Melhoria na utilização dos recursos da compensação ambiental.
- Critérios para a alocação dos recursos arrecadados com visitação nas UCs, ampliando a visitação nas UCs costeiras e marinhas.
- Alterações na regulamentação e governança do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para gerar um financiamento contínuo às ciências do mar.
- Ajustes na eficiência alocativa e técnica dos subsídios creditícios para o setor pesqueiro, para, alcançar os pescadores artesanais e promover a sustentabilidade da atividade.



Novos mecanismos de financiamento

- Pagamentos por Serviços Ambientais focados nas UCs.
- Clausula de Pesquisa e Desenvolvimento nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás para programas relacionados às ciências do mar.
- Sistemas de cotas de pesca e taxas de serviços de pesca sobre a atividade pesqueira industrial.

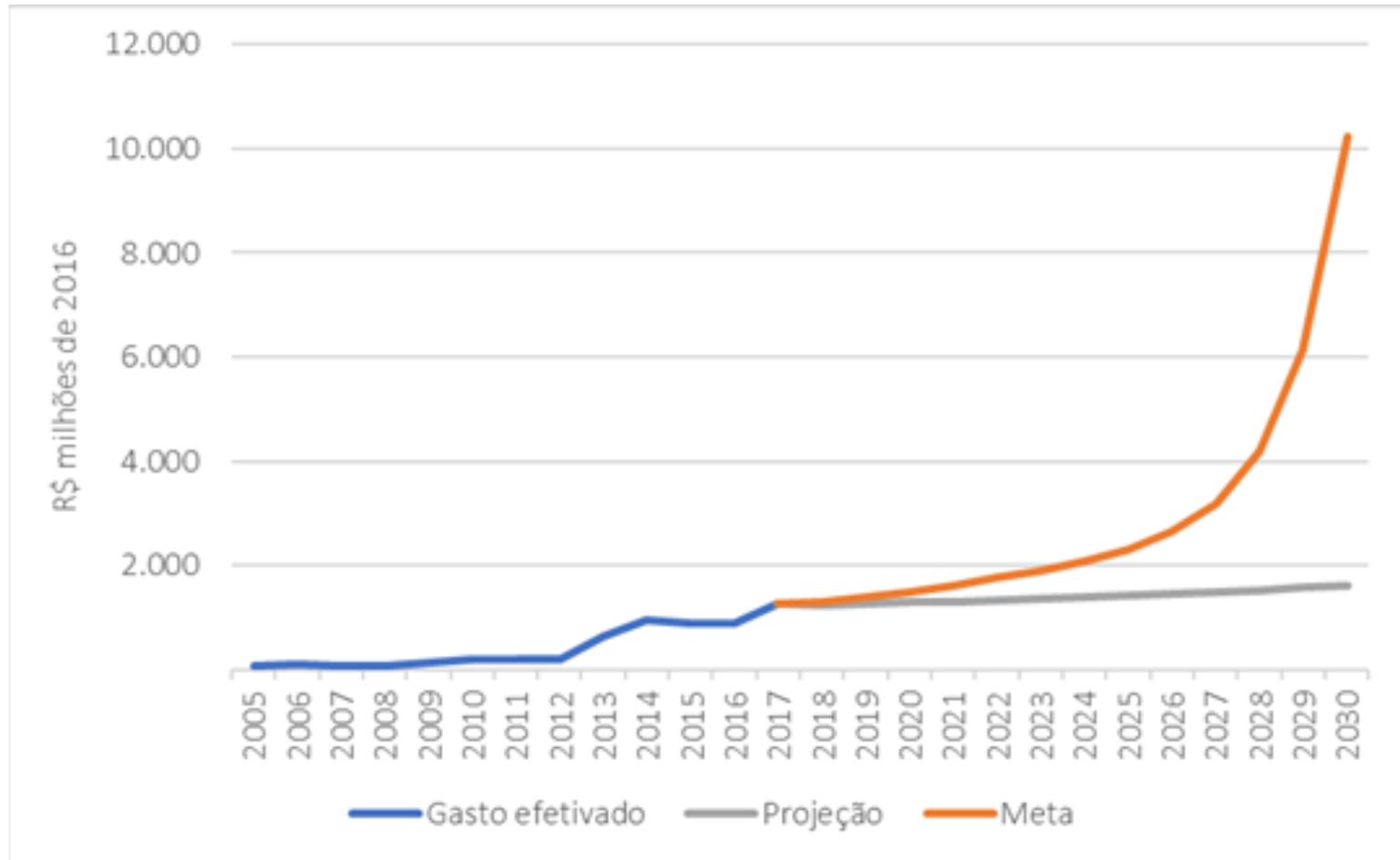
15 VIDA TERRESTRE

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade



- Foram considerados quatro temas: criação e manutenção de Unidades de Conservação; exploração sustentável dos recursos naturais, com ênfase nas concessões florestais; combate à desertificação; e pagamentos por serviços ambientais.
- Os recursos potencialmente disponíveis para esses temas, entre 2018 e 2030, somam R\$ 18,2 bilhões, enquanto que os recursos necessários alcançam R\$ 40,2 bilhões.
- **A Lacuna de recursos chega a R\$ 22,0 bilhões acumulados até 2030.**

Projeção da lacuna de recursos para atendimento das metas do ODS 15



Fonte: Elaboração própria.

Aprimoramento dos mecanismos financeiros existentes



- Aproveitamento das receitas oriundas da exploração madeireira sob concessões florestais.
- Receitas oriundas do uso público nas UCs, potencializado com as concessões de serviços em parcerias público-privadas.
- Maior agilidade e desembaraço no uso da compensação ambiental.

Novos mecanismos de financiamento



- Mercados de créditos de carbono (tanto por redução do desmatamento quanto pela recuperação florestal).
- PSA pelo uso dos recursos hídricos.
- Certificação ambiental de produtos provenientes do extrativismo.
- Incremento da alíquota sobre o uso dos recursos naturais.
- Alíquota sobre a importação de agrotóxicos
- Loteria verde.
- Financiamento colaborativo.
- Permuta de débitos financeiros por ações ambientais.
- Mercado de Cotas de Reservas Ambientais (CRAs).

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



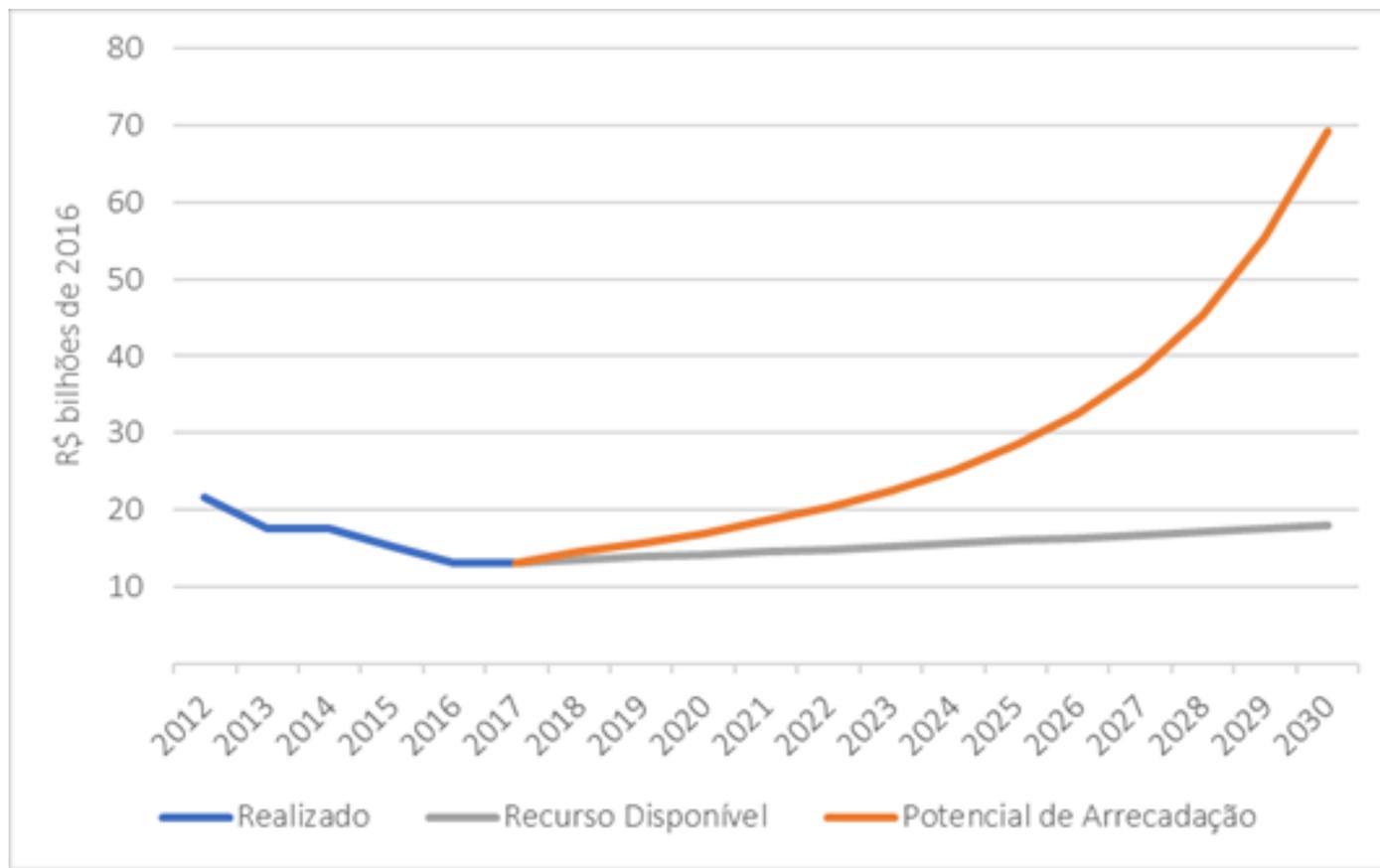
- Especificidade: trata do aumento na capacidade de financiamento da Agenda 2030, e não do resultado de algum programa ou atividade.
- A partir de projeções acerca da mobilização de recursos nacionais (17.1), internacionais (a partir da Assistência Oficial ao Desenvolvimento) (17.2) e recursos privados filantrópicos (17.3), foi estimado o potencial de recursos adicionais.
- Potencial de novos recursos para financiar os demais ODS é de R\$ 403 bilhões acumulados até 2030 (cenário otimista) ou R\$ 204 bilhões (linha de base).
- **A efetivação das metas de arrecadação consideradas podem adicionar R\$199 bilhões para o financiamento dos ODS no período 2018-2030.**



Potenciais fontes adicionais de recursos

- Recursos internos: royalties, multas, ICMS-E e Fundos Constitucionais
- Recursos externos: principalmente relacionados à AOD
- Outras fontes: recursos privados filantrópicos.

Potencial de mobilização de recursos para o atendimento dos ODS



Fonte: Elaboração própria.

Mecanismo de financiamento	ODS
Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	2, 13, 14, 15
Compras Públicas Sustentáveis (CPS)	2, 9, 12
Compensação Ambiental	14, 15
Fundos Soberanos de Recursos Naturais	17
Fundos de Universalização	6, 7, 11, 12, 17
Fundos de Investimentos Mistos	7, 9, 11, 12, 13, 17
Royalties pelo uso de recursos naturais	6, 7, 9, 13, 14, 15, 17
Incentivos para debêntures corporativas	7, 9, 12, 13
Encomendas tecnológicas	2, 6, 7, 9, 12
Zonas de Restrição Veicular e/ou Baixa Emissão	11, 13
Green Bonds	11, 12, 13
Tributos sobre emissões de carbono	2, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 15, 17
Mercado de Carbono	2, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 15, 17
Cotas de Reserva Ambiental (CRA)	13, 15
Leilões de Eficiência Energética	7

Apêndice 2. Catálogo de fontes potenciais de financiamento para projetos relacionados com os ODS

Catálogo

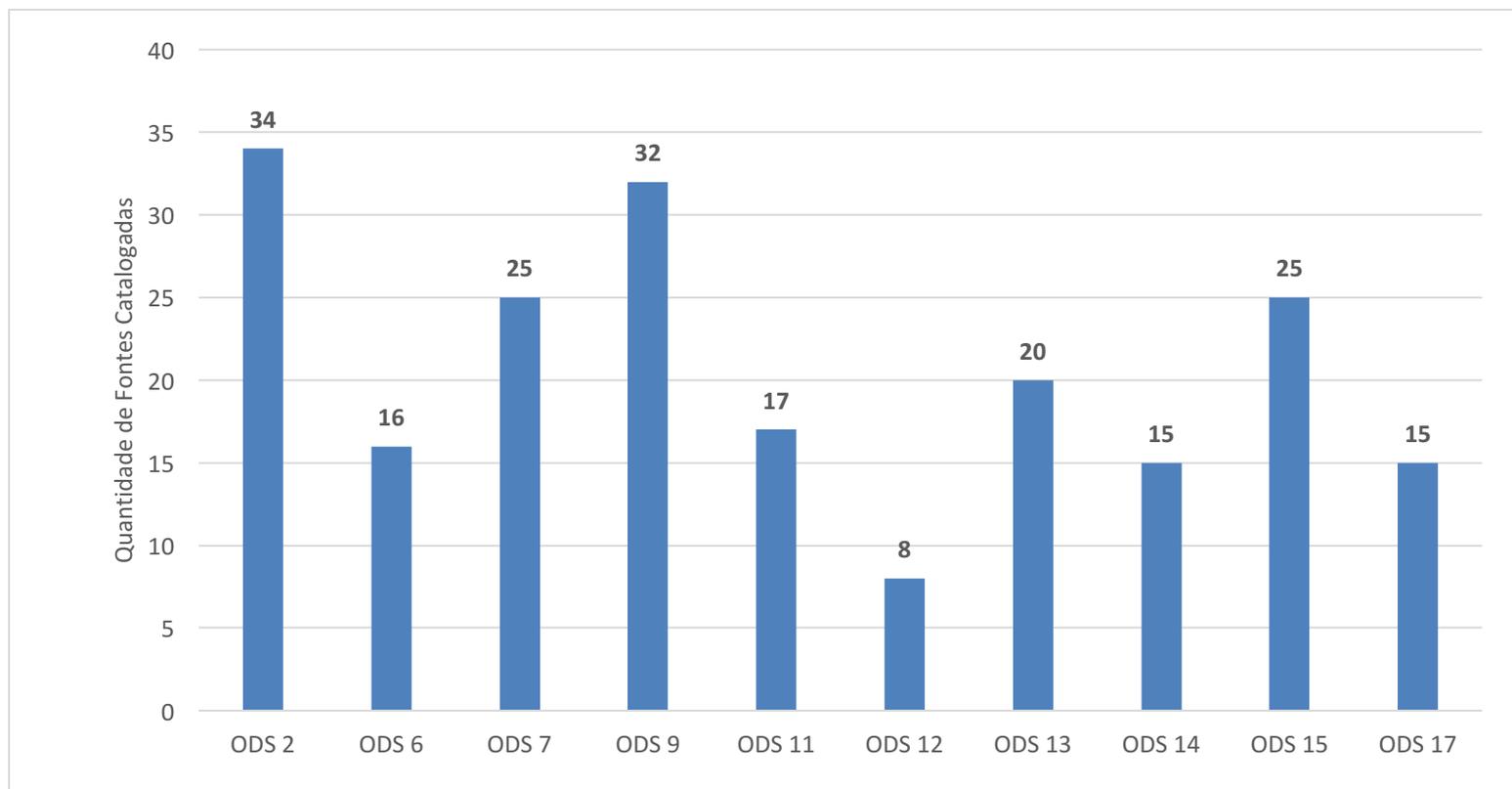
- Documento complementar.
- Objetivo: apresentar uma relação de fontes de financiamento que podem ser acessadas para a execução de projetos relacionados aos ODS 2, ODS 6, ODS 7, ODS 9, ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 14, ODS 15 e ODS 17.
- Realizar uma análise com vistas a identificar quais ODS mais possuem disponibilidade de recursos e as características gerais das fontes de financiamento.

Método

- Levantamento das fontes identificadas ao longo do projeto, a partir de pesquisa bibliográfica e documental.
- Estudo do Instituto Ethos em parceria com o World Wide Fund for Nature Brasil (WWF Brasil) para identificar novas fontes.
- Investigação dos sítios eletrônicos dos principais bancos públicos e privados com **atuação nacional (financiamentos para o Brasil)**.
- Analisou-se a adequação das fontes levantadas com os objetivos da Agenda 2030, mas **não necessariamente aos objetivos ambientais**.

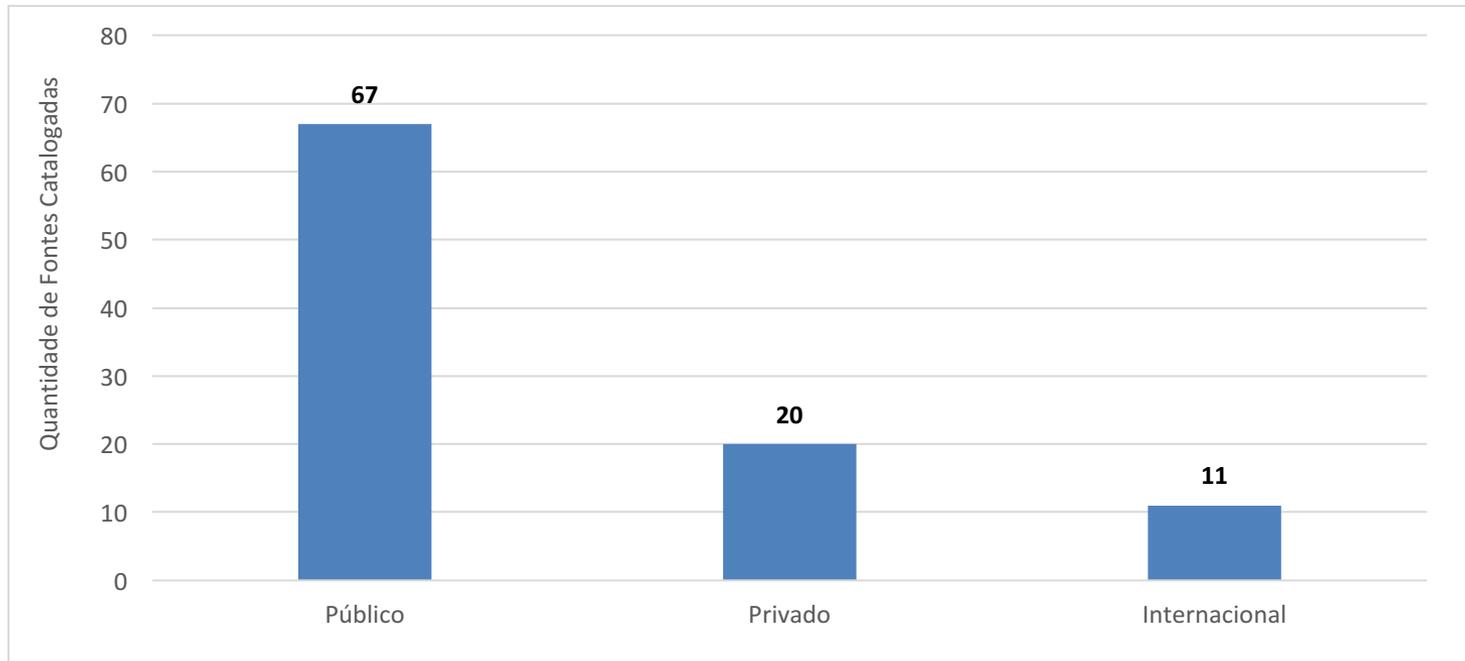
Foram encontradas 98 potenciais fontes de financiamento para os ODS estudados

Figura 1: Fontes potenciais de Financiamento para cada ODS de caráter ambiental, unidade, 2018 (OBS: uma fonte pode estar em mais de um ODS).



Agentes financiadores

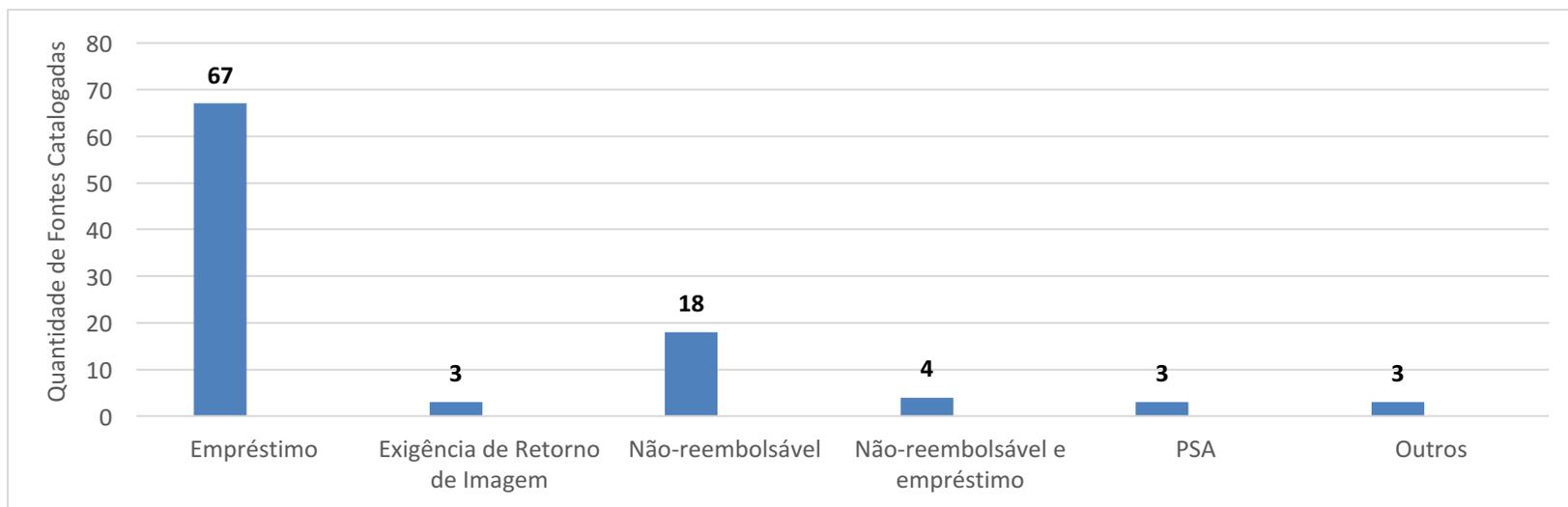
- Figura 2: Fontes potenciais de financiamento de acordo com a natureza do agente financiador.



Agentes Privados – incluindo empresas de capital aberto com participação acionária relevante e majoritária do governo, como a Petrobrás

Condições para a cessão do financiamento

- Figura 3: Fontes potenciais de financiamento de acordo com o tipo de instrumento financeiro.

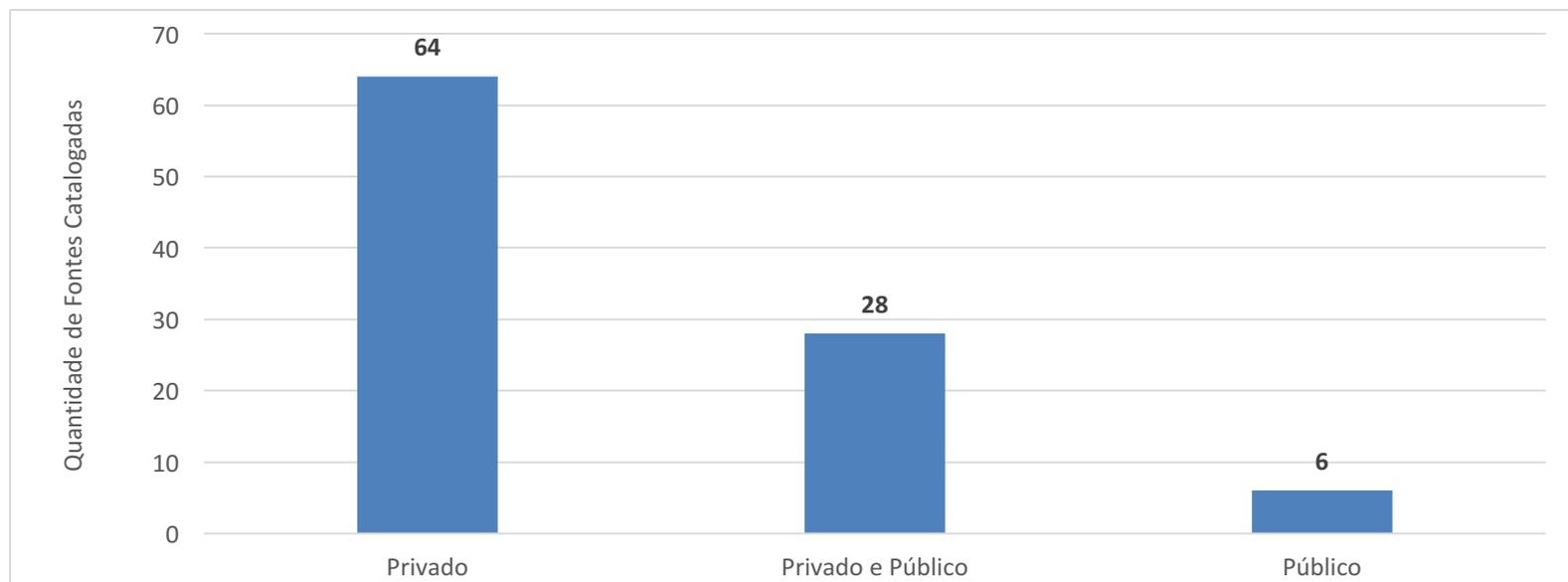


“Outros” - assistência técnica, instrumentos de mercado e estímulos financeiros por resultados alcançados.

Devem existir condicionalidades para a concessão do financiamento, mas elas não precisam estar reduzidas ao retorno financeiro. É possível cobrar, por exemplo, o alcance das metas pretendidas, o atendimento do público alvo, entre outros.

Perfil dos tomadores de financiamento para a Agenda 2030

- **Figura 4:** Fontes potenciais de financiamento de acordo com o perfil institucional dos agentes que podem acessá-los.



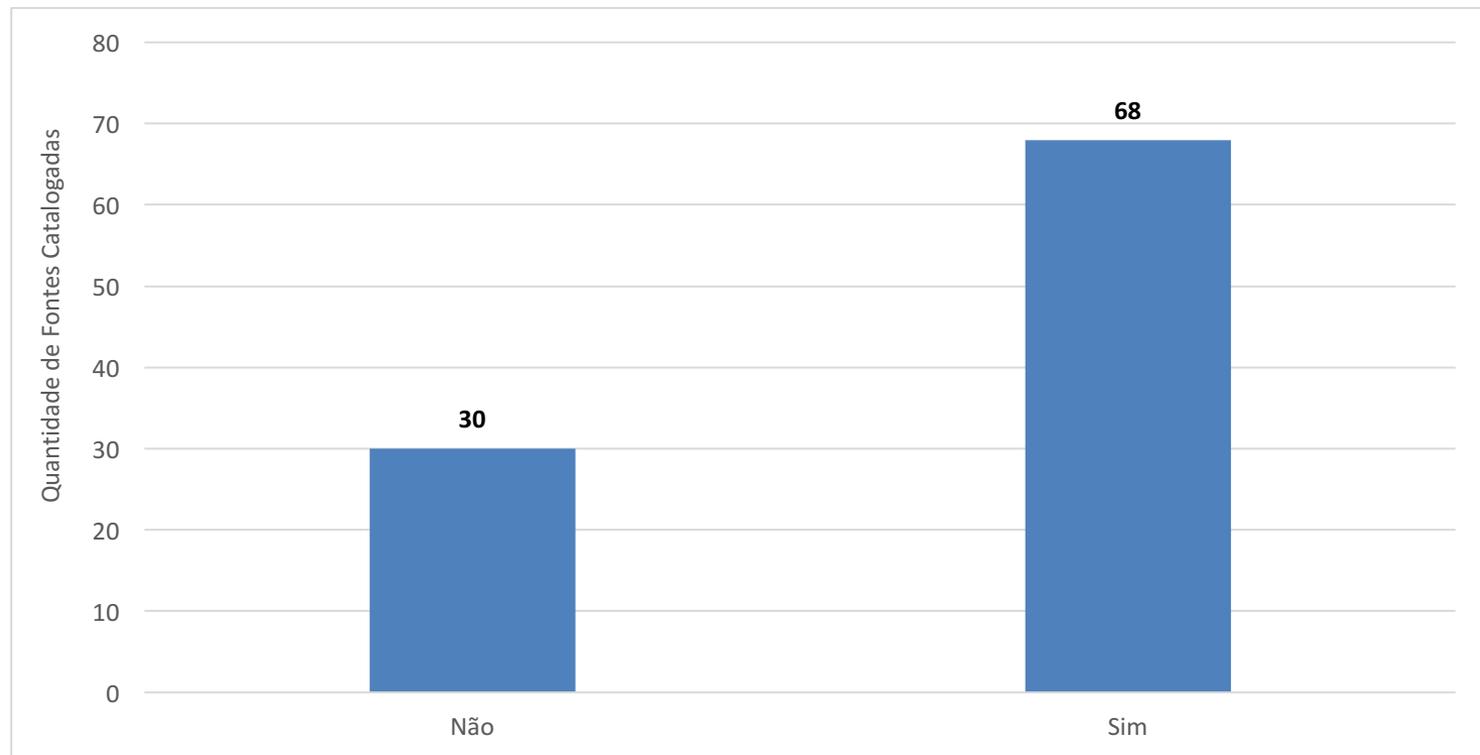
Dentre os agentes privados, não foi diferenciado se tratava-se de instituições com ou sem fins lucrativos.

O resultado está de acordo com a proposição de estabelecimento de parcerias entre agentes públicos e privados para atender aos ODS.

Observa-se também que uma quantidade razoável das fontes de financiamento tem como origem os bancos públicos (por exemplo o BNDES).

Critérios de sustentabilidade

- Figura 5: Fontes potenciais de Financiamento de acordo com a existência de critérios ligados ao Desenvolvimento Sustentável para concessão dos recursos



Esforços para incentivar a Agenda 2030 perdem efetividade quando também são financiados projetos que podem causar grandes impactos sociais e ambientais negativos.

Considerações Finais

- A maioria dos recursos provêm de fontes públicas.
- A maioria dos financiamentos é disponibilizada através de empréstimos para os agentes privados.
- Boa parte desses recursos são disponibilizados sem qualquer critério ou condicionalidade socioambiental.
- Desta forma, os projetos financiados podem, inclusive, ser antagônicos à sustentabilidade.

Informações disponíveis no Catálogo

- **ODS:** ODS associados aos projetos que podem ser financiados;
- **Data de começo:** quando a linha de financiamento foi criada;
- **Local:** diferenciação de projetos regionais e os de âmbito nacional;
- **Tipo de financiamento:** distinção entre empréstimos (subsidiados ou não) e doações;
- **Possível cliente:** quem está habilitado a solicitar o financiamento;
- **Objeto do financiamento:** o que pode ser financiado;
- **Como funciona:** um resumo de como a fonte de financiamento funciona e como se pode obtê-lo.
- **Condições de financiamento:** taxa de juros aplicada, prazo de financiamento, montante potencialmente financiado, etc;
- **Fonte:** referência bibliográfica das informações levantadas.

Contato

- young@ie.ufrj.br
- www.ie.ufrj.br/gema

